
A GEOGRAFIA DA CRISE FINANCEIRA E O USO DO TERRITÓRIO

THE GEOGRAPHY OF THE FINANCIAL CRISIS AND THE USE OF THE TERRITORY

Zeno Soares Crocetti¹

RESUMO: Hoje é impossível entender o funcionamento das economias capitalistas sem considerar o progresso técnico. Mais do que nunca, o entendimento de como a tecnologia afeta a economia é vital para a compreensão do uso do território, do crescimento da riqueza dos países e da dinâmica das sociedades contemporâneas. Os processos de globalização trazem inúmeros desafios relacionados diretamente a este tema. O esforço tecnológico possui várias dimensões críticas, ao analisar a origem e a natureza das inovações, muitos autores concluem que as inovações transformam não apenas a economia, mas afetam profundamente toda a sociedade, pois pautam o funcionamento do território. Elas modificam a realidade econômica e social, além de aumentarem a capacidade de acumulação de riqueza e geração de renda. Considero esse tema complexo e excessivamente explorado, por isso estas análises serão provisórias no conjunto do conhecimento, uma vez que essa pesquisa se encontra em sua fase inicial e podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações da sociedade, do território, da economia e das tecnologias. Este texto é ainda um esboço, portanto peça que o considerem com generosidade nos debates.

Palavras-chave: Geografia econômica. Economia política. Globalização. Neoliberalismo e território usado.

ABSTRACT: Today it is impossible to understand the functioning of capitalist economies without considering technical progress. More than ever, understanding how technology affects the economy is vital for understanding the use of territory, the growth of wealth of countries, and the dynamics of contemporary societies. The processes of globalization bring innumerable challenges directly related to this theme. Technological effort has several

¹ Universidade Federal da Integração Latino Americana/UNILA - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Curso de Geografia/Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. E-mail: geocrocetti@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2019 e aceito para publicação em abril de 2019.

critical dimensions, when analyzing the origin and nature of innovations, many authors conclude that innovations transform not only the economy, but profoundly affect the entire society, as they guide the functioning of the territory. I consider this subject complex and overly exploited, so these analyzes will be provisional in the whole knowledge, since this research is in its initial phase and can be altered and deepened later, with the continuity of studies in the field of society relations, territory, economy and technology. This text is still an outline, so I ask you to consider it generously in the debates.

Keywords: Economic geography. Political economy. Globalization. Neoliberalism and used territory.

INTRODUÇÃO

O estudo sistemático das crises do sistema capitalista fez parte do projeto teórico que Marx não pôde concluir. Não obstante, ao longo de sua principal obra, *O Capital*, é possível recolher elementos que permitem uma aproximação consistente da explicação sobre esse fenômeno próprio do modo de produção em questão. Esses elementos estão distribuídos não apenas de modo esparso ao longo dos vários capítulos que compõem a obra, mas também encadeados como o desenvolvimento lógico a partir dos momentos fundamentais da economia capitalista, identificadas pelo autor desde o primeiro parágrafo.

Para Marx, a crise no sistema capitalista, ou as três modalidades de crises, são o momento de reunificação dos polos contrários autonomizados. A concorrência é a forma como a lei geral de funcionamento da acumulação capitalista se impõe aos capitais individuais na concretude do sistema. Assim como a lei da queda da taxa de lucro, a lei geral da acumulação está sempre operante, manifeste-se ou não. Isso nos levou a compreender as crises a partir do elemento básico da produção capitalista, a mercadoria. As crises representam apenas, ainda que de modo extremamente violento, a irrupção dessa contradição entre produção e realização, desdobrada da contradição básica entre valor de troca e valor de uso, decorrente da diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato, característica central do modo de produção. As modalidades de crises do capitalismo para Marx são;

1. As **crises conjunturais cíclicas de superprodução**;
2. A **crise estrutural** do capitalismo, intrínseca ao capitalismo e que tenderia a ser cumulativa;
3. A **crise final**, em que aconteceria o colapso do capitalismo, que seria substituído pelo socialismo através da “revolução do proletariado”.

Este trabalho pretende abordar a questão das crises a partir das pesquisas de Marx, Schumpeter, Kondratiev, Piketty, Rangel, Mamigonian, Wood, Mandel, Hobsbawm e Amin, associando-as com a lei geral de acumulação capitalista, cujo fundamentalismo ocidental é o consumo. Para explicar a conexão lógica que une o fenômeno das crises à contradição básica do sistema, retomaremos as formas mais abstratas dessa oposição para, em seguida, abordar seus desdobramentos ao longo do desenvolvimento da teoria sobre o capital.

Considero esse tema complexo e excessivamente explorado, por isso estas análises serão provisórias no conjunto do conhecimento, uma vez que essa pesquisa se encontra em sua fase inicial e podem ser alteradas e aprofundadas posteriormente, com a continuidade dos estudos no campo das relações da sociedade, do território, da economia e das tecnologias. Este texto é ainda um esboço, portanto peço que o considerem com generosidade nos debates.

NEOLIBERALISMO: A GÊNESE DA CRISE

Poucos observadores, em 1849, poderiam ter predito que 1848 iria ser a última revolução geral no Ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a “república social”, viriam a ser gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX, pelo menos até o presente (1974). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870, que é o assunto principal deste capítulo. Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países “desenvolvidos” transformou-se em economias industriais.

Esta Era de desmedido avanço econômico começou com um boom que viria a ser o mais espetacular ocorrido até então, e, sobretudo por ter sido temporariamente impedido pelos eventos de 1848. As revoluções haviam sido precipitadas pela última e talvez maior das crises econômicas do tipo antigo. O novo mundo do “ciclo do comércio” que apenas os socialistas haviam reconhecido como o ritmo básico e modo de operação da economia capitalista tinham seu tipo próprio de flutuações econômicas e suas próprias dificuldades. Porém, em meados da década de 1840, embora a difusa e incerta era do desenvolvimento capitalista desse a impressão de estar chegando a um fim, ao contrário, o grande salto para a frente estava apenas por começar. 1847-48 viu um severo tropeço do ciclo do comércio, provavelmente agravado por problemas remanescentes mais antigos. De qualquer modo, de um ponto de vista puramente capitalista, era apenas uma depressão aguda naquilo que já parecia uma tumultuada economia de negócios. James de Rothschild, que olhava a situação econômica de 1848 com bastante complacência, era um homem de negócios sensível, mas profeta político bem pobre. O pior do “pânico” parecia ter passado e as perspectivas em longo prazo eram mais róseas. Porém, embora a produção industrial tivesse se recuperado bem rapidamente, mesmo depois da virtual paralisia dos meses revolucionários, a atmosfera geral permanecia incerta.

Hobsbawn, 1982, p. 9-14.

A fase atual do capitalismo, como sistema político hegemônico mundial, é na realidade o neoimperialismo, que se alimenta da conquista de territórios. Não mais territórios vistos como extensões de terras como no passado, mas sim territórios produtivos, territórios de consumo, o “fundamentalismo ocidental hoje é o consumo”, cunhado por Milton Santos. O fim da Guerra Fria não significou, de maneira alguma, que o mundo tenha superado a bipolaridade e reencontrado a estabilidade, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Pois, se há vencidos, é difícil nomear quem é o vencedor. Os Estados Unidos? A União Europeia? O Japão? A tríade junta?

A derrota do “Império do mal” abre novos mercados, cuja conquista pode provocar uma nova guerra mundial.

O globalitarismo, essa Nova Ordem Mundial, regrediu no tempo e no espaço, essa estranha modernidade, que dá dois passos para frente, três para trás. A primeira década no novo milênio assemelha-se mais aos séculos bárbaros precedentes do que ao futuro racional, descrito por tantos romances de ficção científica, pois centenas de países e nações, riquezas e, sobretudo, uma imensa força de trabalho disponível aguardam seu novo patrão. Única é a função de mestre do mundo, numerosos são os candidatos. Vem aí uma nova guerra entre os que pretendem fazer parte do “Império do bem”.

Essa nova ordem tem início logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, na Europa, depois nos EUA, onde o capitalismo imperava com maior vigor e surge como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. Sua tese original é o texto de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, datado de 1944.

É um ataque velado e radical contra os mecanismos de controle do Estado, imposto pelo mercado. Prega liberdade total de comércio, sem limites, sem controles. Sobrevive de estratégias orquestradas pelas mídias de aluguel, que, em uníssono, vivem denunciando, esbravejando que qualquer tentativa de barrar os avanços do neoliberalismo globalizado é uma ameaça letal à liberdade econômica e política. Sua mensagem é drástica apesar de suas boas intenções: o projeto de administração do Estado moderado, imposta via Consenso de Washington aos países da periferia do sistema capitalista, poderá conduzir ao mesmo desastre que o nazismo alemão, ou seja, à servidão moderna.

Hayek, inconformado com o avanço do Estado de Bem-estar na Europa, em 1947 convocou alguns simpatizantes de sua orientação ideológica para uma reunião na Suíça. Entre os participantes estavam também inimigos declarados do novo programa (New Dial, estadunidense). Nesse encontro se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, retamente organizada e dedicada. Seu objetivo básico era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases do novo capitalismo, duro e livre de regras.

Quadro 1. Os modelos cíclicos de Kondratieff

CICLOS ECONÔMICOS DE KONDRATIEFF							
Primeiro Ciclo		Segundo Ciclo		Terceiro Ciclo		Quarto Ciclo	
Fase (a) 1790-1815	Fase (b) 1815-1848	Fase (a) 1848-1873	Fase (b) 1873-1896	Fase (a) 1896-1920	Fase (b) 1920-1948	Fase (a) 1948-1973	Fase (b) 1973- (?)

Fonte: Mamigonian, 2000, p. 63-71.

Nesse período (1945-60), o mundo vivia sua idade do ouro, apresentando o crescimento mais rápido da economia, ou seja, estávamos surfando na onda do ciclo longo de Kondratieff em sua fase “A” expansiva. Por essa razão, a polêmica contra a regulação social tem uma receptividade maior, e Hayek e seus companheiros pregam que o novo igualitarismo desse período, promovido pelo Estado de Bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo. Na realidade, imprescindível em si, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Essa tese permaneceu na teoria neoliberal por mais de 20 anos.

Crise estrutural

Com a crise cíclica estrutural do capitalismo, deflagrada com a primeira e segunda crise do petróleo de 1973/74 e 1978-79, fase “B” do ciclo longo de Kondratieff, que levou o mundo a uma bruta recessão, combinando com baixas taxas de crescimento da economia aliada às altas taxas de inflação, pela primeira vez, abriu caminho para as ideias neoliberais, que passaram a ganhar maior visibilidade. As raízes da crise, afirmava Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento social organizado, que corroeram as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários, e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez os gastos sociais.

Os salários e os encargos sociais, segundo a análise neoliberal, destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que levaram a uma crise geral das economias capitalistas. Esses argumentos foram usados em rede mundial, articulados em comum acordo com a mídia de aluguel corporativa mundial para mascarar a crise estrutural do capitalismo, diagnosticada por Marx e estudada por Kondratiev e Schumpeter. O remédio era claro: manter o Estado forte, sim, mas só na sua capacidade de romper e esmagar o poder dos sindicatos e o controle monetário, mas sem ação e fraco para investimentos, intervenções econômicas e gastos sociais. Mas o receituário só terá sucesso se vier associado à estabilidade monetária, controle inflacionário, que irá garantir as bases do intervencionismo neoliberal.

Cerca de 61% de todos os estadunidenses eram “classe média” em 1971, enquanto, hoje (2015), o número caiu para 49%. A classe média está envolvida em uma guerra até a morte nos Estados Unidos com os agentes de Wall Street que pretendem privá-los do trabalho, tirar seus ativos, executar a hipoteca de suas casas, e deixá-los sem nenhum dinheiro para enfrentar a velhice. É apenas uma boa e velha luta de classes – e como Warren Buffett opinou – a classe dele está ganhando.

(Mike Whitney, Washington Post, 2015).

Sendo assim, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, que, naquele momento (1973-79), estavam às voltas com uma estagflação, resultado das políticas de Keynes, ou seja, a intenção anticíclica de redistribuição social. As outras haviam desgraçado o mundo normal da acumulação e do livre mercado. Anulavam pela força do controle da circulação das ideias, vide controle da mídia de aluguel, e a compra de pesquisadores vassalados, na periferia do sistema capitalista e no centro do Império também (John Williamson, Milton Friedman etc.) para reafirmar e legitimar sua tese. Dessa maneira, o crescimento da economia cresceria quando houvesse a estabilidade monetária (fim da Inflação) e os incentivos essenciais para retomada do desenvolvimento e da modernidade.

O modelo neoliberal levou mais de uma década para ser implantado, pois a maioria dos países europeus adotava a cartilha Keynesiana. No início dos anos 1970, o pioneiro do modelo foi o Chile, sob a tutela militar de Pinochet, que começou de modo avassalador, com desregulamentação econômica, profissional, desemprego em massa, repressão sindical, concentração de renda em favor da elite, privatização de bens públicos, tudo isso inspirado no modelo neoliberal estadunidense de Milton Friedman.

O crescimento da década de 1990 foi celebrado como a expressão de um triunfo inexcusável da experiência capitalista dos Estados Unidos sobre o resto do mundo. Avaliações peremptórias não hesitaram em apontá-la como superior não só à experiência socialista, como também à de outros tipos de capitalismo, como o japonês e os modelos europeus de sociedade e de economia.

Esse modelo estrutural do capitalismo cíclico foi diagnosticado e estudado por Schumpeter. Conforme demonstraremos na figura I e no quadro II no final do texto, o crescimento desse período teve início na segunda metade de 1992, foi lento até mais ou menos 1995/1996 e, paradoxalmente, começou a se acelerar após as crises mexicana, asiática e brasileira. Em boa medida, a economia estadunidense se nutriu das crises na periferia do sistema para ganhar nervos e musculatura. O período que vai do final dos anos 1970 até esse salto marca uma lenta recuperação do poderio econômico, militar e financeiro dos Estados Unidos, o qual se fez não só com as transformações política e econômica da URSS, mas também com a imposição do padrão capitalista de financeirização estadunidense do país às demais nações.

Desde os anos 1970, os Estados Unidos já vinham abandonando certas referências que marcaram seu crescimento no pós-guerra, bem como desmontando regras prudenciais de gestão financeiras adotadas a partir dos anos 1930 e consolidadas durante o esforço bélico. Tais características haviam contribuído significativamente para a recuperação da Europa no pós-guerra, além de abrirem espaços para a industrialização de países periféricos. A existência de um bloco socialista competindo com o capitalismo foi igualmente decisivo na ampliação das oportunidades de desenvolvimento no planeta.

É importante lembrar que a direção política do capitalismo estadunidense nesse período era bem mais heterogênea do que a atual. Havia, por exemplo, dentro do governo Roosevelt, uma fração muito importante do Partido Democrata que preconizava um futuro salvaguardado pela aliança entre os Estados Unidos e a União Soviética. O inimigo verdadeiro, desse ponto de vista, seria o velho imperialismo europeu, o que explica, em parte, as dificuldades do representante inglês em Bretton Woods, John Keynes, para viabilizar suas propostas de reforma do sistema monetário internacional.

Ao contrário do que ocorreu no final da I Guerra Mundial em 1918, porém, e que levou à crise do capitalismo desregulado de então, cujo ápice foi a Depressão de 1929 e dos anos 1930, nos Estados Unidos, mas em 1944, tomaram a decisão política de não repetir os erros do passado. O Plano Marshall e o impulso dado à reconstrução europeia para a unificação econômica foram decisivos para a economia alemã e a francesa se rearticular. Da mesma forma, o financiamento estadunidense foi o divisor que permitiu a reconstrução econômica japonesa.

A impressão dominante naquele momento era a de que o capitalismo estava diante de um sólido e prolongado ciclo de expansão a salvo das flutuações cíclicas violentas inerentes à sua dinâmica de crescimento. Novas formas de regulação e controle do sistema haviam sido introduzidas sob o impulso de forças sociais que emergiram ao final da Guerra, entre elas os partidos comunistas, que tiveram papel relevante na definição das estratégias de reconstrução do capitalismo europeu. Entre as principais características dessa nova institucionalidade estava a admissão de que o Estado, obrigatoriamente, deveria promover a regulação do ciclo econômico.

Os Estados nacionais passaram então a se apropriar e a gastar uma fatia do produto nacional muito superior àquela observada nos anos 1920. O maior controle público sobre o excedente evitaria que as flutuações do ciclo econômico redundassem em ajustes baseados na contração quase automática da renda e do emprego como ocorrera até 1929. A segunda característica associada às coligações sociais e políticas que emergiram nesse período foi o crescimento do salário real e dos benefícios sociais, paralelamente ao aumento da produtividade do trabalho. Um terceiro pilar fundamental de sustentação dessa arquitetura foi a instituição do controle dos movimentos de capitais entre os países, sobretudo dos capitais de curto prazo.

Vale lembrar que a reforma que Keynes e Dexter White tentaram aprovar em Bretton Woods envolvia, grosso modo, as seguintes balizas: o dinheiro internacional seria simplesmente uma moeda de conta, permitindo que os países trocassem mercadoria por mercadoria. O dinheiro funcionaria assim apenas como referência de cálculo. Os países que tivessem déficit registrariam num banco internacional, em sua conta, a dívida com os demais. A compensação entre os déficits e superávits tornaria desnecessário saldar dívidas através de movimentos de capitais de curto prazo. Keynes, a partir da experiência nefasta dos anos 1920, estava convencido de que não era prudente delegar aos mercados a regulação do fluxo monetário internacional. Tampouco eles deveriam assumir a responsabilidade pelo fornecimento de liquidez aos países que porventura registrassem déficit na balança de pagamentos.

Como se sabe, esse sistema não foi aceito em sua totalidade nem pelos Estados Unidos, nem pela Inglaterra. Mesmo assim, o acordo de Bretton Woods permitiu que os

países controlassem suas contas de capital, proporcionando-lhes maior autonomia na fixação das políticas monetária e fiscal. A prerrogativa de proibir a entrada e a saída de capitais manteve-se até meados da década de 1980, inclusive no Brasil, garantindo certo grau de proteção à política econômica contra ondas de volatilidade e movimento especulativo no plano internacional. Ao contrário do que ocorre hoje, caso houvesse uma crise na Bolsa de Nova York, os governos não tinham que elevar a taxa de juro – dispunham de instrumentos para impedir que os efeitos da turbulência fossem integralmente internalizados.

O que se verifica agora é exatamente o oposto. Capitais se movem livremente pelo planeta apostando na desvalorização das moedas, promovendo chantagem explícita contra políticas de juro baixo ou ainda tomando posição nos mercados à vista, ou de contratos futuros, contra economias supostamente dotadas de moedas frágeis. Se esses mercados funcionam livremente, a especulação é inevitável - por definição, eles são mercados especulativos. Falar em controle de capitais tornou-se um anátema a partir dos anos 1970 – pelo menos foi assim até a emergência da nova crise acionada pelo estouro da bolha imobiliária nos EUA. Na verdade, os grandes protagonistas do processo econômico, a grande empresa internacional e os grandes bancos frequentemente ganham mais dinheiro no mercado financeiro do que na produção de mercadorias.

Quando uma empresa está localizada em vários mercados, como ocorre hoje, poderá ter um ganho fenomenal se estiver bem posicionada diante de uma alteração cambial – o que não é difícil considerando-se que têm acesso a boas informações e relações estreitas com grandes bancos. Em caso de aposta equivocada, todavia, as perdas, como estamos vendo, podem assumir contornos sistêmicos imprevisíveis.

Para os reformadores de Bretton Woods, a estabilidade do câmbio e dos juros era fundamental para a tomada de decisão na esfera produtiva do capitalismo. Uma decisão de longo prazo, como é o caso de um grande investimento, requer um horizonte razoável de segurança e, para isso, duas taxas devem oferecer certo grau de previsibilidade: a taxa de juros e a taxa de câmbio. Esses são dois preços-chave da economia que informam fundamentalmente a decisão capitalista: a taxa de juros indica qual é a conveniência do detentor da riqueza mantê-la sob a forma de capital monetário ou investi-la sob a forma produtiva, ou qualquer outra forma. Para isso, a estabilidade da taxa de juro em um patamar moderado é fundamental. No caso da taxa de câmbio, o que se espera é que ela amplie o horizonte de paridade entre o dinheiro particular – as moedas nacionais – e a moeda de referência mundial. Se esses preços flutuam erráticamente, a decisão do capitalista torna-se totalmente desordenada.

A lógica do controle dos capitais que prevaleceu nos anos 1950/60 permitiu que as economias pudessem crescer de maneira mais ou menos equilibrada, gerando, não por acaso, aquilo que se convencionou chamar de *milagre alemão*, *milagre japonês*, *milagre italiano*... tudo ancorado na arquitetura de um capitalismo domesticado, quer dizer, do capitalismo controlado politicamente pela intervenção do Estado em cada país. Essa institucionalidade impediu que fossem reproduzidas as crises dos anos 1920, e mesmo as crises do final do século XIX em boa parte do século XX.

A arquitetura da crise

Segundo os analistas da economia mundial, prêmios Nobel em economia, a crise financeira que estourou em 2007/08 caracteriza-se como a principal crise econômica e financeira internacional desde 1929. Se não fosse a intervenção massiva e concertada dos poderes públicos, que se tornaram o seguro dos bancos corruptos, a atual crise teria já proporções muito mais amplas.

Também aqui a interligação é impressionante. Entre 31 de dezembro de 2007 e fins de setembro de 2008, todas as bolsas do mundo sofreram uma baixa muito significativa, entre 25 a 35% - por vezes mais - para as bolsas dos países mais industrializados, até 60% como a China, passando por 50% para a Rússia e a Turquia. A montagem colossal de dívidas privadas, criação pura de capital fictício (securitizações de derivativos, *subprime*, ancoragem em fundos de opções *hedge*), acabou por explodir de país em país industrializado, começando pelos EUA, a economia mais endividada do mundo. Com efeito, a soma das suas dívidas pública e privada elevou-se, em 2008, a 50 trilhões de dólares, ou seja, 350% do PIB. Secundo cálculos otimistas feitos pelo BID, o rombo mundial da pilantragem financeira chega a 1 quatrilhão de dólares, cifra só pensada no Patinhas de Disney.

Essa crise econômica e financeira que já afetou todo o planeta afetará ainda mais os países em desenvolvimento que se achavam protegidos. A mundialização capitalista não soltou ou não desligou as economias. Pelo contrário, países como China, Brasil, Índia ou Rússia não estão ao abrigo da crise e isso é só o início. Todos serão afetados, cada qual dentro da sua realidade.

O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital; é o fato de que, nela, são o capital e a sua própria valorização que constituem o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção. O meio empregado - desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas - choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente.

(Marx, 1988).

A primeira coisa que é preciso recordar é que a crise de 1929 se desenvolveu como um processo que começou em 1929, mas cujo ponto culminante se deu bastante depois, em 1933 e 1937-38, e que logo abriu caminho a uma longa fase de recessão. Digo isso para sublinhar que vivemos de 2013 a 2017 o ápice da crise. Provavelmente chegamos ao fundo do poço, não necessariamente ao seu fim, isso é somente um aspecto (e talvez não seja o aspecto mais importante) do que se deve interpretar como um processo histórico. Mesmo assim, trata-se de uma crise estrutural, não final do capital.

O fato de que aqui a produção é só produção para o capital e, inversamente, não são os meios de produção simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais tem de mover-se a conservação e a valorização do valor-capital, a qual descansa na expropriação e na depauperação das grandes massas de produtores, choquem constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir os seus fins e que tendem para o aumento ilimitado da produção, para a produção pela própria produção, para o desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho. O meio empregado - desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas - choca constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais de produção próprias deste regime.

(Marx, 2011, p. 517-48)

Bom, certamente que há algumas palavras que hoje já não utilizamos, como *missão histórica*. Mas creio que o que vamos ver nos próximos anos vai dar-se precisamente na base de já ter sido criado em toda a sua plenitude esse mercado mundial intuído por Marx. Quer dizer, temos um mercado e uma situação mundial diferente da de 1929, porque nessa altura países como a China e a Índia, que eram ainda semicoloniais, agora já não têm esse carácter; são grandes países que, mais além de terem um carácter combinado que requer uma análise cuidadosa, são agora participantes de pleno direito dentro de uma economia mundial única, uma economia mundial unificada num grau desconhecido até essa etapa da história. A citação pode ajudar-nos a entender o momento atual, e a crise que se iniciou precisamente nesse marco de um só mundo.

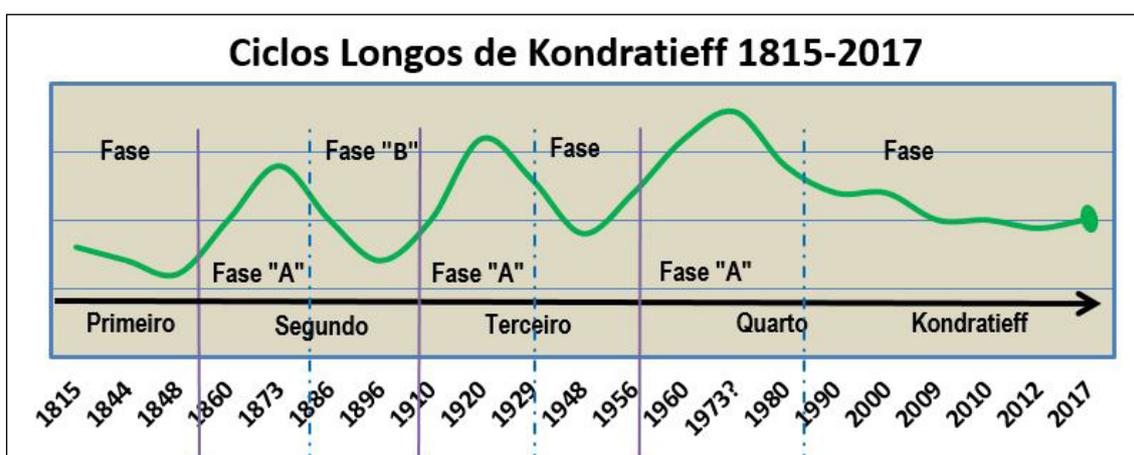
Para interpretar esse quebra-cabeças, vamos partir, por exemplo, dos ciclos de média duração, ou aqueles de tendências estruturais de longa duração. A economia-mundo capitalista teve, durante vários séculos, formas de vaivém cíclico. O que iremos usar são os chamados *ciclos de Kondratieff*, que historicamente teriam uma duração de 50-60 anos, aproximadamente.

Marx, ao analisar as crises do capitalismo dos séculos XVIII e XIX, além de fatores conjunturais, formulou a tese da queda da taxa de lucro, como um fator determinante, em suas reflexões.

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas representam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração de capital e sua centralização (Marx, 1988; L. III. t. 1, p. 183).

De acordo com a formulação de Kondratieff (1984), cada ciclo tem uma fase de ascensão e declínio. A dinâmica interna dos ciclos (chamado de ciclo de Kondratieff depois dos estudos dele) é baseada no princípio de flutuações, no mecanismo de acumulação, concentração, dispersão e desvalorização do capital como um fator chave para o desenvolvimento do mercado capitalista da economia.

Além disso, sua interpretação do desenvolvimento da crise do capitalismo indicou que essa regularidade cíclica vai existir enquanto o modo de produção capitalista persistir. “Cada nova fase do ciclo é pré-determinado com acúmulo de fatores da fase anterior, e cada novo ciclo está seguindo o precedente tão naturalmente como uma fase de cada ciclo após o outro. No entanto, ele tem que ser entendido separadamente, pois cada novo ciclo surge com especiais e novas condições históricas, e se desenvolve num novo nível das forças produtivas e, portanto, não é uma simples repetição do ciclo anterior”. Portanto não se trata de uma repetição simples de uma crise anterior, como muitos pesquisadores vêm repetindo, mas, de novas condições históricas que o processo capitalista criou. (KONDRATIEFF, 2010; p.12-17).



Fonte: Mamigonian: 2000 p. 63-71 e Rangel: 1990 p. 33-35. FMI, 2017. Elaboração Crocetti 2018.

Obs. A linha do gráfico Kondratieff foi construída pelas médias trienais do crescimento econômico mundial, com base nos gráficos do Banco Mundial 2017 e das tabelas de Mamigonian: 2000 p. 63-71 e Rangel: 1990 p. 33-35.

Figura 1. Kondratieff

Para fundamentar sua teoria, Kondratieff procurou examinar o comportamento de variáveis econômicas e sua dinâmica, efetuando, ao longo dos anos, a análise do movimento médio das séries e indicadores de preços e mercadorias. Tais como taxas de juros, investimentos dos bancos, salários dos trabalhadores em atividades agrícolas e industriais, alterações populacionais, importação e exportação, depósitos e poupanças bancárias, total de comércio exterior, consumo e produção de carvão e petróleo; produção de ferro gusa; produção de cereais por acres e produção líder. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Ver teorização esboçada na Figura 1.

Modificações nas técnicas têm sem dúvida um papel muito influente sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo. Mas ninguém provou que elas têm uma origem acidental e externa. Modificações nas técnicas de produção presume (1) que relevantes descobertas e invenções científicas foram feitas, e (2) que é economicamente viável usá-las. Seria um erro óbvio negar o elemento criativo das descobertas e invenções científico-técnicas. Mas de um ponto de vista objetivo, ocorreria ainda um grande erro se alguém acreditasse que a direção e a intensidade destas descobertas e invenções fossem meramente acidentais; é muito mais provável que a direção e a intensidade sejam uma função das necessidades da vida real e do desenvolvimento precedente da ciência e da técnica. Invenções científico-técnicas por si mesmas, portanto, são insuficientes para trazer uma mudança real na técnica de produção. Elas podem se manter inativas tanto quanto as condições econômicas favoráveis de suas aplicações estiverem ausentes. Isto está revelado no exemplo das invenções científico-técnicas do século XVII e XVIII que foram usadas em larga escala somente durante a revolução industrial e início do século XVIII. Se isto é verdade, então a suposição de que as modificações técnicas são de caráter aleatório e não de fato a fonte nascente de necessidades econômicas perde o seu peso. Nós vimos antes que o desenvolvimento das técnicas em si é parte do ritmo das ondas longas.

(Kondratieff, 1984, p. 35-36).

Para a determinação dos anos de tais tendências, ele concluiu que os limites desses ciclos podiam, todavia, ser representados como sendo as variáveis de 40 a 60 anos aproximadamente, e estabeleceu um gráfico provável dos ciclos. Ver figura 1 e quadro 1.

Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as regularidades do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das longas ondas. E dentro desta perspectiva, em um curto, mas importante trecho, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos longos ciclos:

Para (SCHUMPETER, 1984; p. 62-77) – economista e professor de Harvard –, que desenvolveu a teoria da Inovação, interpretou que os longos ciclos resultam da conjugação ou da combinação de inovações, e cria um setor líder na economia, ou um novo paradigma, ou inovação tecnológica que impulsiona o crescimento rápido desta economia. Este setor promove, antes de consolidar a sua hegemonia, uma avalanche de transformações e de destruições criativas, para ele a crise geral do capitalismo é também fruto do esgotamento tecnológico, ou seja;

O Capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e ele nunca pode estar estacionário. E tal caráter **evolutivo** do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerra, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais.

Tampouco se deve esse caráter **evolutivo** a um aumento quase automático da população e do capital ou dos caprichos dos sistemas monetários, para os quais são verdadeiras exatamente as mesmas coisas. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria [...]. A abertura de novos mercados -- estrangeiros ou domésticos -- e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados [...], ilustram o mesmo processo de mutação industrial (...) que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de **Destruição Criativa** é o fato essencial do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viverem todas as empresas capitalistas. (SCHUMPETER, 1984; p.112-113).

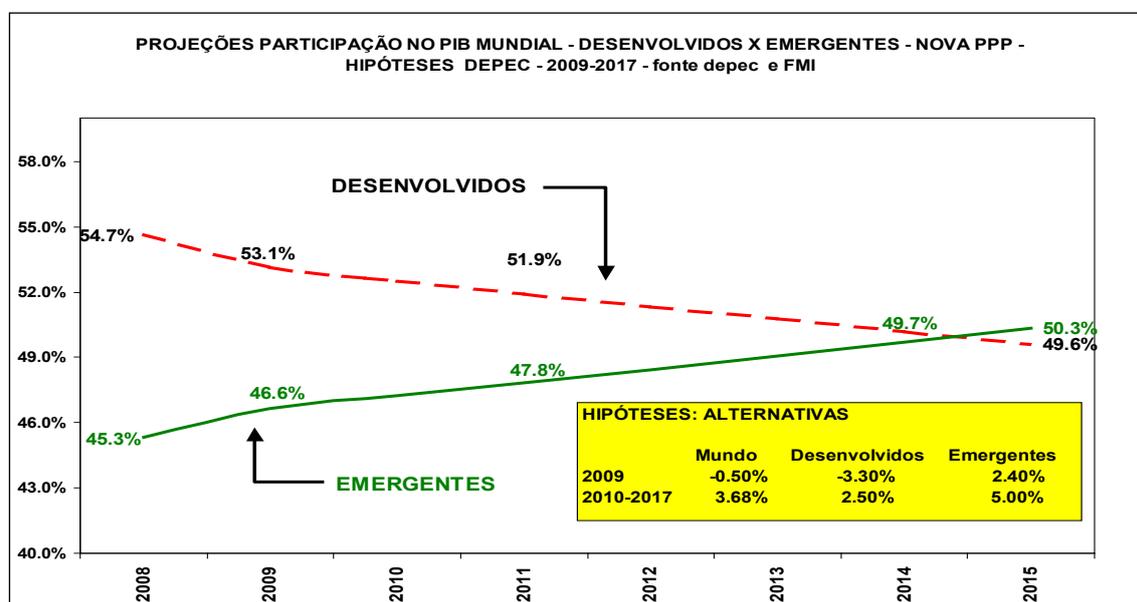
A tese marxista do “*lumpen proletariado*”, proletariado esfarrapado, que não consome e provoca a saturação do mercado dos mais ou menos ricos continua válida. A diferença relativa ao Século XIX é que agora a situação é global, e são os ricos que estão com os mercados mais saturados. Segue quadro esquemático adaptado da tese de Schumpeter.

Quadro 1. Longos Ciclos Adaptados de Schumpeter

FASES	DECOLAGEM	EXPANSÃO	RECESSÃO	DEPRESSÃO
CICLOS	A	B	C	D
1o	1770-1785	1786-1800	1801-1813	1814-1827
2o	1828-1842	1843-1857	1858-1869	1870-1885
3o	1886-1897	1898-1911	1912-1925	1926-1937
4o	1938-1974	1974-1998	1998-2007	2007...

Fontes: Baseado em STOFFAES (2009: 337 e 362); GOLDSTEIN (1988: 94).

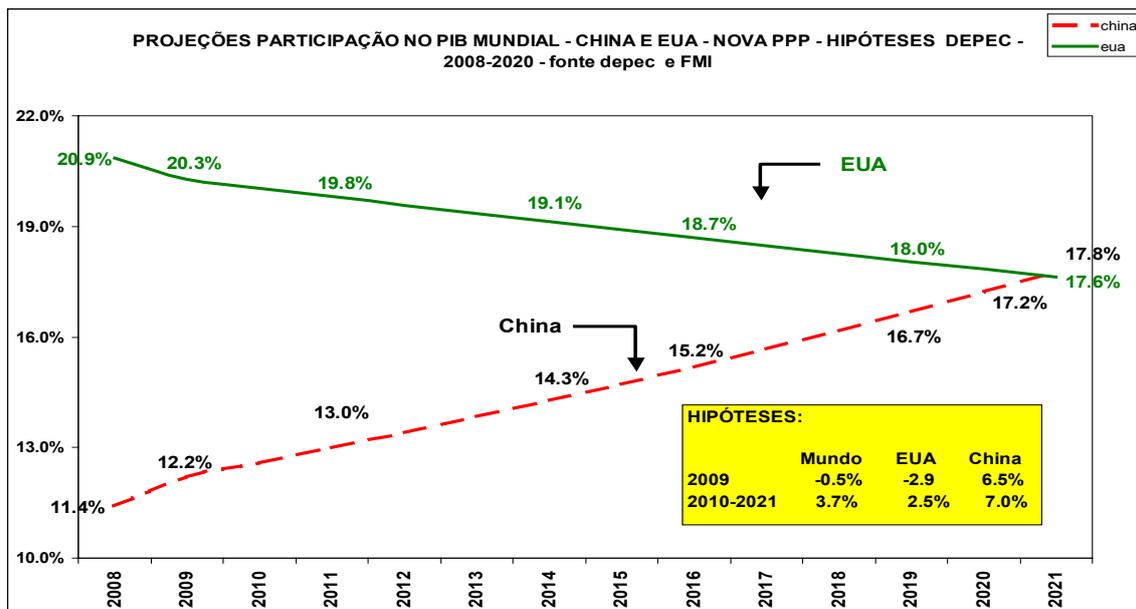
Hipocrisia do Capital



Fonte: FMI e DEPEC 2014.

Figura 2. Participação no PIB mundial (peso em %) - economias emergentes e avançadas - 2008-2015.

Ficou provado com as sucessivas Crises Estruturais do Capitalismo, que essa história de que o mercado regula e o Estado é dispensável é um grande engodo, uma bobagem. Em nenhuma economia existe o mercado exclusivamente ou o Estado exclusivamente. Na União Soviética não era assim — existia o mercado e existia o Estado. Nessa crise o capitalismo está se saindo razoavelmente bem. Isto é, eles estão sabendo que não podem deixar estourar o sistema bancário. Mas, o sistema bancário não pode ser controlado pelos Estados. Há uma força de autonomia do sistema bancário no capitalismo, diferentemente do socialismo. Na China não se pode imaginar um sistema bancário, um sistema financeiro, que faça o que quiser. Isso não existe. O socialismo controla os eixos principais das decisões econômicas, dos mecanismos econômicos. No capitalismo isso não acontece. A grande vantagem, do socialismo sobre o capitalismo é essa capacidade de juntar o poder do Estado com o poder do mercado. As figuras a 2 e 3, ondem aparecem cenários da participação do PIB mundial e o impacto da crise tanto nas economias periféricas como centrais, bem como o papel da China.



Fonte: FMI e DEPEC 2014.

Figura 3. Participação no PIB mundial (peso em %) - EUA e China - 2008-2021.

Uma análise das relações entre 43.000 empresas transnacionais concluiu que um pequeno número delas - sobretudo bancos - tem um poder desproporcionalmente elevado sobre a economia global. A conclusão é de três pesquisadores da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça.

Refinando ainda mais os dados, o modelo final revelou um núcleo central de 1.318 grandes empresas com laços com duas ou mais outras empresas - na média, cada uma delas tem 20 conexões com outras empresas.

Mais do que isso, embora este núcleo central de poder econômico concentre apenas 20% das receitas globais de venda, as 1.318 empresas em conjunto detêm a maioria das ações das principais empresas do mundo - as chamadas *blue chips* nos mercados de ações.

Em outras palavras, elas detêm um controle sobre a economia real que atinge 60% de todas as vendas realizadas no mundo todo.

VITALI, GLATTFELDER e BATTISTON, 2011.

Piketty o queridinho da mídia, tenta dissimular ser de “esquerda”, mas não está fora da confraria dos economistas ortodoxos, clássicos e neoclássicos, e digamos burgueses. Afirma-nos: “*A desigualdade não é necessariamente má em si: “a questão das desigualdades depende das representações dos atores”*”.

Para Piketty (O Capital no século XXI) a compra e a venda da força de trabalho não existem. Mais ainda, ele assimila totalmente o capital ao patrimônio, ele chama-lhes na pág. 84 “*sinônimos perfeitos*” e utiliza-os de modo intercambiável. Para ele, o capital ou patrimônio representa o conjunto dos ativos não humanos que podem ser possuídos ou trocados num mercado. Divide depois esse capital global em capital público e privado. Esta confusão entre capital e patrimônio não é inocente. Constatamos ao ler a obra que o autor joga astuciosamente com esta confusão patrimônio/capital utilizando um ou outro dos dois termos (que ele acha permutáveis) para dar um sentido particular à sua demonstração.

Na crise profunda do sistema capitalista, na luta encarniçada que o capital trava para restabelecer as taxas de lucro, os ideólogos burgueses, conscientes da rejeição das suas

medidas políticas por uma parte crescente da população, estão à procura de um compromisso social que lhes permita neutralizar a luta de classes ou desviá-la para que in fine a dominação do capital permaneça. Nessa luta, é preciso a todo o custo mostrar que não há outra saída senão aceitar a lei do capital. Assim, é necessário sistematicamente desqualificar as análises apoiando-se na existência das classes sociais e seu caráter antagônico no sistema capitalista, e substituí-lo por uma análise em termos de grupos sociais. É também necessário “purificar” a economia da política e afastá-la de uma análise global da sociedade e do seu movimento.

Crise no Brasil

Armen Mamigonian (2011 apud CROCETTI, 2016) faz sua Interpretação das consequências da crise no Brasil que resumo e atualizo a seguir; na crise de 1930 a revolução significou a ascensão ao poder dos industriais, como um setor de inserção secundário no pacto de poder. O setor principal eram os latifundiários, sobretudo os estancieiros gaúchos e Minas, que recebeu apoio também do sertão do Nordeste; então esse pacto de poder foi um pacto desenvolvimentista. Pois havia interesse do próprio latifúndio. Porque ao latifúndio interessava exportar mais, ao latifúndio interessava os investimentos na rodoviarização do país, valorizaria as suas terras, mas por outro lado, não interessava nenhuma proposta de reforma agrária, nesse ponto o pacto era sagrado: ninguém ia propor uma reforma agrária que passasse por esse pacto de poder.

Mas como constatamos mais tarde, a Reforma Agrária não era condição indispensável para um crescimento econômico; está provado hoje, não precisou. Com a substituição das importações, e a conseqüente produção de tecidos, cigarros, sapatos etc., no lugar de importar, passaram a produzir internamente. Que em uma etapa seguinte, foi estendida para; cimento, material de construção, tinta, azulejo, etc. Então a urbanização exigia; mais para frente por conta da rodoviarização, seria necessária a criação e produção, de refinarias de petróleo, ia precisar de aço, e coisa parecida e assim foi indo.

Chegou o momento em que esse pacto sofreu uma crise em 1990, e ocorreu um rompimento desse pacto, por parte do imperialismo estadunidense, que impôs a saída dos industriais brasileiros e a substituição deles, eles já estavam no poder pelo lado, das suas relações com os bancos brasileiros. Então em 1990 houve uma contrarrevolução neoliberal imposta pelos Estados Unidos, Collor, depois Fernando Henrique e etc.

Os industriais que eram minoritários no pacto de 30, precisaram de um latifundiário como o Getúlio Vargas para alavancar o setor industrial, ou seja, a Companhia Siderúrgica Nacional saiu das mãos desse latifundiário. Isto é, Getúlio sabia em 1930 que podia jogar de um lado com o Japão e Alemanha e do outro lado com os Estados Unidos e Inglaterra, então o Brasil, por exemplo, exportou algodão em grandes proporções para o Japão e Alemanha, e isso aí os intelectuais brasileiros fazem questão de esquecer. Também se esquecem de dizer que ele era um líder muito competente para os interesses nacionais.

Quando começa a Segunda Guerra não havia praticamente outra opção, apenas o Imperialismo Estadunidense, mas Getúlio sabia que podia jogar e nesse jogo mandou em 1938-39 um general a percorrer a Inglaterra, Estados Unidos, a Alemanha para ver quem iria financiar a siderurgia brasileira, então ele arrancou a Companhia Siderúrgica Nacional. O que podemos concluir com isso? Que esses latifundiários nacionalistas alavancaram a indústria brasileira. Os industriais eram os sócios secundários. Tanto que em 1932, na revolução constitucionalista, os industriais aderiram.

Agiram como um bando de ignorantes. Eles não sabiam que a revolução constitucionalista contra o Getúlio seria contra eles. Aí o Roberto Simonsen foi obrigado a sair, mas logo voltou. E agora quando terminou o governo do Fernando Henrique, houve um novo fato, digamos

inusitado. Assim como em 1930 um latifundiário, um estancieiro foi o pai da industrialização brasileira, agora, sem que os industriais tivessem consciência disso, precisou de um Lula, que sai do movimento operário, para que eles pudessem ser novamente alavancados.

Podemos afirmar que os industriais brasileiros são extremamente competentes e extremamente agressivos do ponto de vista empresarial. Por isso de certa forma o Lula acabou sendo o representante dos interesses nacionais, que interessam tanto à classe operária quanto à burguesia industrial brasileira. Mas ele ganha as eleições e o sistema está dominada pelo neoliberalismo. Então Lula é obrigado a engolir, por exemplo, o Banco Central. Ele poderia ter pressionado o Banco Central, ter mudado suas políticas há mais tempo, mas o Banco Central foi o imperialismo dentro do governo. Quer dizer, o pacto de poder em 1990 eliminou a burguesia industrial. Então, neoliberalismo, abriu a economia, destruiu uma série de empresas. Essa burguesia incompetente do ponto de vista político precisava de um governo de esquerda, de centro-esquerda. E esse governo tem desempenhado esse papel, mas não conseguiu durante a gestão Lula (2002-2010) desalojar o imperialismo estadunidense do governo, que está dentro que é o Banco Central.

O Banco Central não pode ser controlado pelo sistema financeiro. Ele tem de ser controlado pelo Estado brasileiro, tendo em vista os interesses nacionais, os interesses dos trabalhadores, da criação de emprego. E podem-se assegurar interesses também dos bancos. Mas eles não podem mandar. Eles não podem dizer qual vai ser a taxa dos juros, se vão aumentar tanto, o câmbio vai ser do jeito que está aí e coisas parecidas. Esse câmbio, por exemplo, é um câmbio desastroso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das razões pelas quais a crise do capitalismo não acabou foi que as novas tecnologias continuam proporcionalmente atrasadas. Atrasadas porque a financeirização foi prioridade para ter uma lucratividade imediata. O capitalismo está atrasado do ponto de vista de revolução tecnológica. E só essa revolução tecnológica é que vai permitir à economia mundial toda se recuperar. A atual crise da primeira década dos 2000, essa crise vai acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás.

A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Nesse sentido, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi substituído pelo toyotismo. Dá para dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que dá para ser a favor ou contra.

A relação produção/consumo para o capitalismo é fundamental. Não se pode brincar. Consequentemente, o que vem por aí — num futuro relativamente próximo — é uma diminuição da jornada de trabalho, como já houve nas outras revoluções industriais. Porque para o capitalismo não interessa ter uma população desempregada muito numerosa. Há uma margem de tolerância política. E, por outro lado, há uma necessidade de que a relação entre produção que sobe verticalmente pela revolução tecnológica seja acompanhada por uma capacidade de consumo. Essa capacidade de consumo pode ser induzida pelos Estados, sob a forma de uma redução da jornada de trabalho como aconteceu em todas as revoluções industriais.

REFERÊNCIAS

- CROCETTI, Z. S. A arquitetura da crise financeira. **Boletim GeoEcon**, n, 1, p. 18-39, 2016.
- HOBBSAWM, E. **A era do capital: 1848-1875**. 3. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1982.
- KONDRATIEFF, N. D. **The Long Wave Cycle**. London: E P Dutton, 1984.
- KONDRATIEFF, N. D. **The Long Waves In Economic Life**. Londres: Kessinger Publishing, 2010.
- MAMIGONIAN, A. Teorias sobre a industrialização brasileira. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, n. 2, 2000.
- MARX, K. **O Capital**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I, II e III
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos de 1857-1863**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. São Paulo: Intrínseca: Rio de Janeiro, 2014.
- SCHUMPETER, J. A. Ciclos econômicos. In: _____. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- VITALI, Stefania, GLATTFELDER, James B. e BATTISTON, Stefano. **The network of global corporate control**. Londres: New Scientist, 2011.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- AMIM, S. **O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- BENSAID D. **Marx, o intempestiva: grandezas e misérias de uma aventura crítica**. Rio de Janeiro: Civilização, 2005.
- CHESNAIS, F. et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.
- CROCETTI, Z. S. Geografia e poder: a dialética do território. In: _____. **Geografia e interfaces de conhecimento debates contemporâneos sobre ciência, cultura e ambiente**. Londrina: EDUEL, 2011, p. 229-252.
- ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. p. 760-765. in TUCKER, R. C. (org.). **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978.
- FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- JOHNSON, C. **As aflições do Império**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- KAPLAN, R. D. **A vingança da geografia**. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- KLEIN, N. **A doutrina do choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MANDEL, E. **Las ondas largas del desarrollo capitalista**. Madrid: Siglo XXI, 1986.
- PERKINS, J. **Confissões de um assassino econômico**. São Paulo: Cultrix, 2005.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SMICK, D. M. **O Mundo é curvo**. Rio de Janeiro: Best Seller, 2009.
- SOROS, G. **O Novo paradigma para os mercados financeiros**. São Paulo: Agir, 2008.
- WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- WHEEN, F. **Como a picaretagem conquistou o mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- WOOD, E. **A origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 1ª edição.
- WOOD, E. **Império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ZIZEK, S. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.